

Desafios da Comunicação Popular e Comunitária na Cibercultur@: Aproximação à proposta de Comunidade Emergente de Conhecimento Local

(Challenges of Social and Community Communication in Cybercult@:
Approximation to the proposition of Emergent Local Knowledge Commun)

Cicilia M. Krohling Peruzzo

Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo. Doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Pos-doutora pela Universidad Nacional Autónoma de Mexico.

Autora dos livros *Relações públicas no modode produção capitalista*; *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*; e *Televisão Comunitária: dimensão pública e participação cidadã na mídia local*.

kperuzzo@uol.com.br

Resumen

Este trabajo es un estudio sobre la concepción de cibercultur@ que indaga acerca de si ésta ayudaría a los movimientos comunitarios en la redefinición de prácticas comunicativas incluyendo el empoderamiento colectivo de las TICCS. Los objetivos son identificar los principales presupuestos teóricos de la cibercultur@ en el marco de las dinámicas de reestructuración comunicacional de la sociedad contemporánea, situar el tema de la presencia de la comunicación popular, comunitaria y alternativa en el ciberespacio y analizar si es pertinente relacionar los conceptos de cibercultur@ con su aplicabilidad a los estudios y prácticas de esa modalidad comunicacional en Brasil. El estudio surge de la investigación bibliográfica y documental.

Palabras clave

Comunidad emergente - comunicación popular - alternativa - comunitaria - cibercultur@ - ciberespacio

Resumo

Estudo sobre a concepção da cibercultur@ si ela ajudaria os movimentos comunitários na redefinição de práticas comunicativas incluindo o empoderamento coletivo das TICCs. Os objetivos são identificar os principais pressupostos teóricos da cibercultur@ no marco das dinâmicas de reestruturação comunicacional da sociedade contemporânea, situar o tema da presença da comunicação popular, comunitária e alternativa no ciberespaço e analisar se há pertinência em se relacionar os conceitos de cibercultur@ e sua aplicabilidade aos estudos e práticas dessa modalidade comunicacional no Brasil. A abordagem se fundamenta nos pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico-dialético. Os procedimentos relativos à parte ora apresentada são os de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

Palavras-chave

Comunidade emergente - Comunicação popular - Alternativa - Comunitária. Cibercultur@ - Ciberespaço

Abstract

Study on the conception of cybercult@, which investigates if it would help community movements in redefining communication practices including the collective empowerment of information, communication - and knowledge - technologies. The objectives are to identify the main theoretical assumptions of cybercult@ in the mark of dynamic restructuring of communication in contemporary society, to place the issue of the presence of popular communication, and alternative community in cyberspace, and to examine whether there is relevance to relate the concepts of cybercult@ and its applicability to the study and practice of this type of communication in Brazil. The approach is based on theoretical and methodological principles of historical and dialectical materialism. The procedures presented in this study are part of the bibliographic and documental research.

Keywords

Emergent community - Social communication - Alternative - Community - Cybercultura@ - Cyberspace

Introdução

No contexto da sociedade atual, caracterizada como sociedade da informação ou do conhecimento, há toda uma dinâmica social em busca da apropriação autônoma das tecnologias digitais e da comunicação mediada por computador. Mas, apesar do aumento progressivo do acesso à internet, grandes contingentes populacionais na América Latina ainda estão à margem dos benefícios desse ambiente comunicacional que vem contribuindo para mudanças culturais, bem como no modo de gerar e difundir informações. No entanto, de algum modo, também as pessoas e organizações sociais populares de regiões periféricas das cidades procuram se inserir nesse ambiente de transformação de estruturas e relações sociais.

É nesse patamar que estudamos as possíveis interseções entre cibercultura@ e a comunicação popular, alternativa e comunitária. Investigamos se sua proposta teórica, especialmente de *Comunidade Emergente de Conhecimento Local* (CECL), pode ajudar os movimentos comunitários na redefinição de práticas comunicativas incluindo o empoderamento coletivo das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICC) para a geração de conhecimento e sua disseminação. O custo social do não empoderamento coletivo das TICC para efeito de implementação de alternativas duráveis de comunicação comunitária contribui para o atraso na transformação da realidade local.

Partimos da indagação inicial quanto à pertinência em interrelacionar a comunicação popular e comunitária à proposta teórica e prática da cibercultura@. A hipótese é que a comunicação popular e comunitária poderia se revigorar ao assumir a cibercultura@ como estratégia de redefinição de práticas organizativas, pois ajudaria a configurar processos de participação ativa e autogestionária da comunicação.

Temos por objetivos, no sentido geral, identificar os principais pressupostos teóricos da cibercultura@ (com@) no marco das dinâmicas de reestruturação cultural e comunicacional da sociedade contemporânea e suas possíveis interseções com a

comunicação comunitária. No nível específico buscamos: a) introduzir o tema da comunicação popular, comunitária e alternativa, de caráter coletivo, visando explorar sua presença no ciberespaço, e b) analisar a pertinência em se relacionar os conceitos de cibercultur@ e sua aplicabilidade aos estudos e práticas de comunicação popular, comunitária e alternativa.

Do ponto de vista teórico-metodológico, a abordagem se fundamenta no materialismo histórico-dialético, pois surge da intenção de compreender o fenômeno em sua dinâmica real a partir dos múltiplos aspectos e mediações (histórica, cultural, fatores conjunturais etc.), e tendo por base que o concreto é sempre provisório em suas manifestações, ou seja, está constantemente em transformação (Minayo, 2007).

Este texto remete a parte de uma pesquisa mais ampla que consistiu em estudo teórico e trabalho de campo realizados junto à equipe do Laboratorio de Investigación y Desarrollo en Comunicación Compleja (LabCOMplex) e que envolveu pesquisa de campo por meio de investigação participante em Comunidades Emergentes de Conhecimento do Altiplano Potosino, no México. Os procedimentos técnicos relativos à parte ora apresentada são os de pesquisa bibliográfica edocumental.

- **Situando o tema da comunicação popular, comunitária e alternativa**

A comunicação popular, comunitária e alternativa se pauta por transmitir conteúdos info-comunicativos tratados de maneira diversa daqueles que circulam nos *mass media* tradicionais, embora não se constitua como alternativa no sentido de substituir ou dispensar o acesso aos meios convencionais de comunicação. Em outras palavras, como comunicação dos setores organizados das classes subalternas (já explicitado em Peruzzo, 2009: 132), ela se baliza por uma proposição diferente daquela comumente presente na grande mídia privada (de base comercial) e na pública estatal (vinculada a governos). Suas especificidades são percebidas em múltiplos fatores, tais como na linha político-ideológica (crítica e propositiva), na proposta editorial (tanto pelo enfoque dado aos conteúdos como pelos assuntos abordados), nos modos de organização (de base popular, coletiva, feita em fundo do quintal de militantes) e nas estratégias de produção/ação (vínculo local, participação ativa, liberdade de expressão, uso mobilizador).

Dadas as configurações recentes, a comunicação popular, a comunitária e a alternativa podem ser tomadas em suas singularidades, ou seja, é factível tratá-las remetendo a praxis mais específicas, não obstante em muitos aspectos há interfaces que

não recomendam visões estanques e separações rígidas entre elas. Em outro texto (Peruzzo, 2009) tratamos das especificidades dos termos. Neste artigo estamos tomando-as numa visão de conjunto, pois interessa discutir suas possíveis interseções com o tema da cibercultur@.

A comunicação popular, comunitária e alternativa, na sua expressão originária e atual, representa uma contra-comunicação ou uma outra comunicação elaborada no âmbito dos movimentos sociais, “comunidades” e outros grupos sociais orgânicos às classes subalternas com a finalidade de exercitar a liberdade de expressão e oferecer conteúdos na ótica das mesmas. Ao mesmo tempo, serve de instrumento de conscientização e mobilização visando a organização popular e a transformação social começando sempre pelas carências e necessidades imediatas dos segmentos em questão. Por vezes, é denominada de comunicação contra-hegemônica, porém, na prática, nem todas as experiências dariam conta desse conceito.

Em síntese, ela tem um caráter civil popular, portanto não governamental e não empresarial. Não se trata só de meio de comunicação, mas de processos sociais de mobilização que incluem meios (canais) tecnológicos, além da comunicação face a face ou grupal. Entre suas principais características estão as seguintes: os protagonistas são pessoas do próprio povo (daí o vocábulo popular), é baseada na participação ativa e aberta, não tem fins lucrativos, os conteúdos tratados estão em sintonia com a realidade local ou com a comunidade de interesse a que se vincula, institui processos compartilhados e não hierarquizados de produção e difusão de mensagens, funda a propriedade coletiva (quando privada, esta é colocada a serviço público), se realiza por diferentes formas, canais e formatos de comunicação, mas se modifica ao longo da história.

Expressões da comunicação comunitária e alternativa

Nos anos recentes, no Brasil, simultaneamente à continuidade de experiências tradicionais de comunicação dos segmentos organizados das classes subalternas, há incremento de novos canais, formatos e organizações de comunicação, em grande parte perpassados pela comunicação mediada por computador (CMC), e que ganham mais expressividade com a Web 2.0 e Web 3.0. Trata-se de um momento histórico em que se observa uma retomada crescente de iniciativas comunitárias e alternativas de

comunicação, e agora incorporando inovadoras possibilidades interativas das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICC).

Nesse cenário, a comunicação popular-comunitária se realiza na sua forma grupal e presencial, mas também por meio de instrumentos de comunicação dirigida a públicos específicos, tais como a faixa, o cartaz, alto-falante, panfleto, poesia de cordel, teatro popular, vídeo, jornal, revistas etc. Ela se realiza ainda via tecnologias mais avançadas, como as do rádio e da televisão e dessas para o universo da internet, quando se criam página virtual, webtv, webradio comunitários, plataformas interativas, *blog*, *twitter*, fotolog, videolog, podcast, entre outros. No entanto, como já dissemos, não nos referimos à criação de meios e canais em si, mas àqueles inseridos nas dinâmicas de mobilização e organização de grupos ou setores progressistas, pois este aspecto ajuda a preservar o espírito comunitarista.

Nessa dinâmica, surgem coletivos de comunicação em formatos mais característicos da comunicação alternativa, tais como o Indymedia que está em 200 cidades do mundo, e no Brasil recebe o nome de Centro de Mídia Independente (CMI), o Overmundo (canal brasileiro de expressão para a produção cultural de comunidades), o Coletivo de Notícias del Sur (CoNoSur), o Centre des Médias Alternatives du Québec (Cmaq), e o Nodo50 da Espanha. Todos operam com a contra-informação em sistema de publicação aberta, além de outros formatos de plataformas de comunicação colaborativas. Na mesma linha de comunicação alternativa, surgem também agências alternativas de notícias, como, por exemplo, a Agência de Informação Frei Tito para América Latina (ADITAL), a Agência Carta Maior, a Informação Social - agência de notícias que enfatiza a divulgação de temática relacionada aos direitos humanos na região da Amazônia Oriental (Tocantins, Maranhão, Pará e Amapá) brasileira, e a Agência de Notícias Red-Acción (ANRed), todas difundindo informações na ótica progressista acerca de assuntos pouco cobertos pela grande mídia, ou deturpados e omitidos por ela. Cresce o número de Observatórios de Mídia e da Comunicação, os quais monitoram criticamente a mídia comercial, além de analisarem acontecimentos relacionados à Comunicação e aos sistemas midiáticos. Entre dezenas de experiências existentes mencionamos três, em distintos níveis: o Observatório Iberoamericano de la Libertad de Prensa (Infoamérica), sediado na Universidade de Málaga-Espanha e presente em 19 países, o Observatório do Direito à Comunicação, sediado em São Paulo-Brasil, e o Observatório da Mídia Regional – direitos humanos, políticas e sistemas, que funciona na Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES (Brasil).

Entre os espaços de comunicação colaborativa criados no ciberespaço há aqueles orgânicos a movimentos sociais e comunidades, bem como os pertencentes a outros coletivos cívicos em rede. Claro que, além de plataformas e canais como os mencionados, há também outras formas de redes sociais que favorecem a formação de comunidades virtuais de interesse, ou comunidades de escolha, na denominação de Goldsmith (1999).

Salientamos que as novas manifestações alternativas e comunitárias de comunicação, ao incorporarem suportes digitais e interativos e se constituírem como formas coletivas de organização, engendram não só conteúdos diferenciados a partir de novos olhares tendo em vista a desalienação, mas também novos procedimentos de ação na construção e difusão de mensagens, na socialização de conhecimentos técnicos (e outros), criação de códigos compartilhados de conduta e na instituição de novas relações sociais de produção que põem em suspensão a hierarquia e a burocracia tradicional, o sentido da propriedade privada e da força de trabalho como mercadoria, pois funciona como trabalho voluntário, entre outros aspectos (Peruzzo, 2009: 143).

As potencialidades participativas/interativas que as tecnologias digitais e a comunicação mediada por computador possibilitam no que se refere à criação de instrumentos autônomos e comunitaristas de produzir, controlar, difundir e receber conteúdos são indiscutíveis, mas encontram-se imersas num conjunto de contradições que inibem ou dificultam o avanço da comunicação das classes subalternas. As desigualdades das condições de acesso às tecnologias, os antagonismos derivados das diferenças nos níveis de escolaridade, os valores culturais e ideológicos expressos nas práticas e linguagens sociais, assim como as singularidades locais quanto às necessidades comunicativas por plataformas digitais e condições de existência, ajudam a configurar situações complexas quanto à inserção real da população no universo do ciberespaço. O desnivelamento de acesso e aproveitamento das possibilidades que a rede das redes oferece é evidente no Brasil e na América Latina como um todo.

Ciberespaço como novo espaço para a comunicação comunitária e alternativa

Ciberespaço

sugere uma dimensão computadorizada onde podemos transmitir e mover informação e onde encontramos nosso caminho entre dados. O ciberespaço constrói um mundo artificial ou representado, um mundo composto de

informações que nossos sistemas produzem e que re-alimentamos neste mesmo sistema. Do mesmo modo que um tabuleiro de xadrez estrutura o espaço do jogo de xadrez dentro de seu próprio mundo de torres e cavaleiros, peões e bispos, a interface do computador também estrutura seu campo de movimentações, hierarquia de arquivos, acessos e distâncias relativas entre pontos de interesse (Heim, 1993: 78-79).

Apesar da visão quase consensuada que aponta o ciberespaço como espaço virtual ou imaterial criado pelos meios informáticos e dependente de computadores, como indica a citação acima, ele aponta para um fenômeno complexo que a visão tecnicista não consegue explicar.

O conceito deriva dos vocábulos cibernética e espaço. Norbert Wiener (1948), com estudos ligados a programas militares no contexto da Guerra Fria, foi o criador do conceito de cibernética (teoria geral dos sistemas), cuja palavra provém do grego *Kybernetes* (Cybernetics) e significa piloto, timoneiro, controlador ou a possibilidade de controle e da comunicação, tanto na máquina (engenharia) como de organismos vivos e da linguagem (Miège, 2000; Gómez Cruz, 2007).

A reintrodução na linguagem acadêmica do prefixo “ciber” (kyber, cyber) é como uma matriz que parece indicar (e de alguma forma reduzir-se) o uso de “máquinas de controle” (quer dizer, computadores) (Gómez Cruz, 2007: 28). No final, como diz o mesmo autor (2007: 28), “na linguagem popular, começou a aplicar-se a tudo aquilo que tem como centro o uso de computadores, especialmente, aqueles conectados à internet” e surgem termos como ciberespaço, cibernética, cibercidade, ciberlavanderia, cibercafé, cibercultura.

Já espaço, segundo Wertheim (apud Gómez Cruz, 2007: 29), até o século XIV ou XV, na cosmovisão medieval, existia um espaço “real” e um “divino”. A partir do século XVIII, com o deslocamento que colocou a ciência como explicação imperante do mundo, surgiu uma visão mais racionalista e mecanicista do espaço. Nessa visão, a dualidade medieval se perdeu em favor de um “espaço físico, total e absoluto”. No entanto, a autora assinala que o ciberespaço, não só em sua narrativa mas em seu “manifestar-se”, abre a possibilidade de um “espaço” que não é cartesiano: ao interagir no ciberespaço, minha localização não pode ser estabelecida puramente pelas coordenadas do espaço físico.

Como bem assinala Wertheim (apud Gómez Cruz, 2007: 30), o ciberespaço recupera a cosmovisão de “um espaço dual onde o espaço físico não é o único espaço possível”. Mas, do nosso ponto de vista, também se constitui num cosmo

harmônico próprio, embora, se pensarmos para além das “máquinas de controle”, não deixa de se interconectar com o mundo físico.

Cosmos, do grego, significa harmonia, ordem, beleza. Seu antônimo é caos, também do grego. Esse mundo constituído pelo ciberespaço sugere simetria, uma combinação e um equilíbrio de traços em formatos de redes que se conformam em mecanismos identificados do ponto de vista do determinismo tecnológico, mas os ultrapassam. Talvez seja oportuno lembrar, com Jesús Galindo (1998: 4), que a “sociedade do ciberespaço é uma nova forma ecológica no devenir humano. [...] Algo que chama a novos tipos de relações sociais, a construção de um novo tipo de civilização”.

Entidades do ciberespaço pertencem a um amplo fenômeno cultural dos últimos 30 anos do século vinte: o fenômeno da informatização computadorizada. Algo se torna um fenômeno quando capta e prende a atenção da civilização. Só então nossa linguagem comum pode articular a presença da coisa de modo que possa aparecer em sua identidade ‘estática’ no curso da história (Heim, 1993: 84-85).

É assim que o fenômeno ciberespaço se apresenta ainda nebuloso e movediço. Atrai distintos movimentos societários e, ao mesmo tempo, se refaz continuamente.

Não é a intenção deste texto adentrar profundamente na discussão do ciberespaço, nem cair em qualquer uma das vertentes teóricas predominantes, entre os prometéicos e os fáusticos, na linguagem de Rudiger (2007: 14; 184) que, como pensadores da técnica oscilam, respectivamente, em visões do ciberespaço a partir de um pessimismo cultural ou do otimismo societário. Para os prometéicos, a técnica portaria uma faculdade emancipatória e beneficente pois representa o maior bem do ser humano, fator de progresso ou uma oportunidade de avanço no desenvolvimento. Por outro lado, para os fáusticos, a técnica é vista como força do ser humano, mas capaz de assumir um desenvolvimento autônomo e destruí-lo. Ambas as visões, não obstante, tendem a “conferir à técnica um poder autônomo, a veem como uma capacidade antropológica”; o ser humano como simples organismo ou o ser humano como animal simbolizante (Rudiger, 2007: 21).

Situamos o tema apenas para facilitar a discussão das possíveis interconexões entre a comunicação dos segmentos organizados das classes subalternas, tendo por base a experiência brasileira, e a cibercultur@, que ao ser identificada por @, não se ocupa, em essência, das tecnologias digitais ou da comunicação mediada por computador, mas se

caracteriza como um processo implicado no desenvolvimento das culturas da informação, da comunicação e do conhecimento.

Mas, como não há como deixar de considerar a centralidade das tecnologias da informação e comunicação no cotidiano e na vida em sociedade, considerarmos necessário abordar a comunicação comunitária na atualidade também a partir do ciberespaço. Este é tomado como um fenômeno complexo que requer interpretações na perspectiva da cosmovisão que lhe é constitutiva, na imaterialidade como sua essência enquanto processo, mas que se interconecta com o espaço físico por meio das pessoas que o movem, dos consequentes reflexos concretos em suas vidas, dos processos históricos que não dissociam o espaço físico do ciberespaço e da própria vida que continua para além das infovias.

Cibercultur@ e comunidades emergentes de conhecimento

Muito se falou em “brecha digital”, “barreira digital” ou em “digital divide” para designar a exclusão dos empobrecidos ao acesso à internet em processo simultâneo de inserção dos setores dominantes neste ambiente comunicacional e seu encantamento diante das facilidades de interação e circulação de conteúdos que o mesmo oferece.

Não ter acesso à principal fonte de mediação das relações sociais do século XXI agrava a exclusão social de todos os setores que ficam ‘de fora’, ou do outro lado dessa ‘brecha’. Por essa razão, considera-se que os países com abundância de populações ‘pobres’ devem ter e aumentar seu contato com as TICs, qualificadas como o instrumento privilegiado para acessar a informações e os conhecimentos organizados e criados para todos, por outros que estão do outro lado da ‘brecha’ ” (González, 2008: 123).

Nesse contexto, num primeiro momento, estudos e políticas públicas acerca do tema consideraram que as distorções quanto à apropriação competente dos serviços de informática e da internet, assim como a incorporação das pessoas às novas formas de relações e estruturação sociais, seriam resolvidas proporcionando habilidades para operar máquinas, programas (softwares) e a disponibilização de serviços (telecentros, centros de informática, cibercafês, cabines públicas etc.), principalmente de acesso gratuito. Mas, os debates não tardaram a demonstrar serem insuficientes esses tipos de iniciativas, apesar de se reconhecer a necessidade da incorporação de tais condições, porque as soluções sempre serão insuficientes se não forem resolvidos os problemas das

contradições econômicas, políticas e culturais provindas das relações desiguais inerentes ao modo de produção capitalista.

Paulo Cunha (2003: 211) assim se expressou sobre o assunto:

a chamada *desterritorialização* produziu um novo tipo de usuário da comunicação, mas não venceu o desequilíbrio provocado pelas diversas dinâmicas nacionais. Novos padrões hegemônicos produzem novas centralidades. No entanto, grupos periféricos continuam isolados à margem do ciberespaço. As novas centralidades puramente informacionais convivem com as centralidades efetivamente geopolítico-econômicas, criadas no período colonial e incrementadas pela revolução industrial. De um lado, temos as periferias econômicas, repletas de desvalidos, marginalizados e miseráveis; de outro lado, vemos as *periferias-centrais* das redes digitais, as tribos e suas subculturas que, felizes em participar do *não-lugar* do ciberespaço, alienam-se das contradições da indústria da comunicação.

Com o passar do tempo, estudos e algumas políticas públicas incorporaram o discurso de que não basta disponibilizar suportes tecnológicos, nem promover programas de capacitação visando a aquisição de habilidades básicas, mas a melhoria da qualidade educacional e resolução de problemas de desníveis econômicos para que ocorra a apropriação como esperada e dentro do potencial que a rede oferece. No entanto, na prática, as distorções do acesso e do uso dado –e/ou do não uso– dos suportes tecnológicos seguem se configurando como dilemas políticos.

Para enfrentar esse tipo de problema, tendo como contexto o México, Jorge A. González (2008: 127) acredita ser necessário rever as

ferramentas teóricas e a estratégia prática para colocar em vigor uma diferente forma de apropriação da rede da internet e das tecnologias digitais existentes, para usá-las não apenas para acessar, mas também como plataformas geradoras de informação, de comunicação e especialmente de conhecimento locais.

Ele trabalha com um novo conceito de *cibercultur@*, identificado com @, que se distingue das abordagens predominantemente utilizadas na academia que a definem, à semelhança de Lemos (2003: 12), como “a forma sócio-cultural que emerge da relação simbiótica entre a sociedade, a cultura e as novas tecnologias de base micro-eletrônica”. González (2008: 127) entende *cibercultur@* a partir do prefixo grego *kyber*(ciber), na perspectiva anteriormente explicitada, da palavra latina *cultura* e do símbolo @. *Kyber* (ciber), porque

desenvolver cibercultur@ implica gerar, incrementar, aperfeiçoar, melhorar e compartilhar as habilidades para conduzir, dirigir e ‘pilotar’ relações sociais, num exercício de autogestão coletiva, horizontal e participativa. [..] [Cultura é empregada no seu sentido original, como] ‘cultivo, cuidado, atenção e desenvolvimento’. A habilidade para se autoconduzir e se dirigir aos outros para soluções mais inteligentes frente aos enormes desafios do século XXI, pode ser aprendida, pode ser compartilhada, pode ser cultivada com outros e para outros. [E uso] o símbolo arroba @, [...] por sua semelhança gráfica com uma espiral, [...] para representar um circuito de retroalimentação positivo, um processo aberto e adaptável que gera uma resposta emergente que surge da densidade das relações do sistema e não se reduz à soma de seus componentes.

Desenvolver cibercultur@ significa, portanto, um processo que “redesenha coletivamente e de baixo até em cima, uma atitude diferente” diante do mundo, e ao mesmo tempo, aprende uma série de “habilidades transmissíveis que nos permitam operar bem as tecnologias ao nosso alcance frente às necessidades de informação para gerar o conhecimento e para coordenar ações de comunicação que nos permitam romper o ciclo vicioso da dependência tecnológica” (González, s/da: 8).

Os conceitos de cibercultur@ são desenvolvidos no âmbito do *Laboratorio de Investigación y Desarrollo en Comunicación Compleja (Labcomplex)* e se fundamentam em Liev Vygotsky (zonas de desenvolvimento proximal- ZDP- e inteligência distribuída), Gavriel Salomón (cognição distribuída), Jean Piaget e Rolando Garcia (construção do conhecimento na perspectiva da epistemologia psicogenética), Carlos Lenkersdorf (o sentido do *nosotros, nosotricación*), Pierre Bourdieu (produção cultural e *habitus* de classe), Jesus Galindo (cibercultura), Immanuel Wallerstein e Robert Fossaert (sistema-mundo), Enrique Trueba e Concha Delgado (empoderamento social), Paulo Freire (educação dialógica), Celestin Freinet (desenvolvimento da autonomia e do espírito crítico), Felix Geyer (sociocibernética e sistemas de informação), Alberto M. Cirese (ecologias simbólicas) e Antonio Gramsci (hegemonia), entre outros.

O Labcomplex trabalha com cibercultur@ como objeto de conhecimento e como valor de desenvolvimento social. Nessa perspectiva, a ideia de empoderamento é apreendida no sentido de se constituir processos de autodeterminação e a instituição de condições para as comunidades se apropriarem coletivamente da informação, gerarem conhecimento e se tornarem capazes de se comunicar entre si e com a sociedade.

O redesenho do qual fala González (s/da) em citação anterior, quer dizer o resgate de nossas configurações históricas e identidades enquanto sociedades que passaram por processos de dominação, e como elemento para *entender* o presente e

traçar nossos próprios caminhos na construção de um mundo possível. Trata-se de um processo (González, s/da) baseado na flexibilidade –construída e compartilhada– dentro de redes horizontais onde a inteligência é distribuída. Assim sendo, *cibercultur@* está mais direcionada a entender os processos de construção do conhecimento e de transformação social e contribuir para que se efetivem, do que a se fixar em meandros do ciberespaço.

Ativar *cibercultur@* no conjunto da sociedade, nas palavras de Jorge A. González (2007: 18), requer o desenvolvimento e cultivo de três culturas cognitivas, elementarmente humanas: a cultura de informação, a cultura de conhecimento e a cultura de comunicação. Um empenho que, ao realizar-se coletivamente, ajuda a redesenhar as ecologias simbólicas e a reconstruir relações que geralmente são negativas se vistas a partir do vetor tecnológico.

A cultura de conhecimento se refere a investigação, às perguntas que conseguimos fazer à realidade em nosso entorno e ao mundo e as respostas de conhecimento daí decorrentes. Porém, não se trata apenas de pesquisa formal, mas também das buscas investigativas que geram descobertas e as partilham entre os integrantes das comunidades.

Paulo Freire (1987: 36) já dizia que o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica dessas relações.

Conhecer é uma atividade humana porque somos a única espécie que desenvolve meta-ferramentas e meta-linguagens. Desta forma, as interações entre o ser humano e sua realidade, a partir de inferências, nos permitem estabelecer relações entre diferentes configurações de informação, que por sua vez são produto de construções e atribuições do sujeito ao objeto. Daí ser necessário gerar pautas de comportamento propícias a criar conhecimento (González, 2007: 25).

Conhecimento e informação “são inseparáveis. Não há conhecimento sem informação, mas pode haver muita informação sem conhecimento. A informação e o conhecimento tornam possível e dão sentido à comunicação” (González, 2007: 25). A cultura da informação “se desenvolve a partir de uma aproximação à natureza da informação – já constituída em observáveis ou dados em sua dimensão espacial, estática - e como integrante dos processos de ‘comunicação/cognição’ em sua dimensão temporal, dinâmica” (Amozurrutia, 2007: 131). Ela se vincula aos processos de comunicação. A informação tem especial importância na organização e construção de

memórias, nos sistemas de ordenamento e sua representação para potencializar a reflexão e conseqüentemente melhorar a tomada de decisões (Amozurrutia, 2007: 131-132).

Trata-se, pois, de extrapolar a noção de dados e transforma-los em sistemas de informação. A informação é apropriada ou gerada, entendida, assimilada, transformada e sistematizada, daí resulta conhecimento. Conhecimento coletivo, uma vez obtido por meio da colaboração estimulada –presencial e mais a distância–, uma vez processado na perspectiva da zona de desenvolvimento proximal (ZDP). Ao instituir relações que efetivem dinâmicas interconectivas que tornam visíveis as formas como a sociedade e as relações sociais se estruturam, a comunicação e o conhecimento se realizam. A comunicação viabiliza, então, os relacionamentos, a troca de saberes, a geração e a socialização do conhecimento, facilitado por meio dos mecanismos da chamada *inteligência distribuída*, como propriedade emergente e não imanente, a partir das ideias de Vygostky (1995) e Salomón (2001). A formação de redes e sua articulação em comunidades emergentes de conhecimento local (CECL) e de investigação (CEI) se interligam ou se constituem em estrutura orgânica e afetiva “nosótrica” básica que garante essa dinâmica.

A cultura de comunicação supõe a necessidade de contato entre os atores sociais para compor e reorganizar o mundo social. Significa a capacidade de coordenar ações coletivas e necessita desenhar e estabelecer três modalidades de intervenção consciente sobre a forma social de organização do grupo: suscitar as diferenças, modificar a forma social para contemplar as diferenças e ocupar-se do ajuste da organização com o objetivo de integrar uma *rede inteligente*, ativa, efetiva e afetivamente construtora do espírito “nosótrico”, (González, 2007: 18; 25; s/db, p/6), ou seja, o nós, o espírito coletivo.

A cultura de comunicação implica também no desenvolvimento de três condições necessárias para a comunicação presencial e a distância, quais sejam: “a estimulação, a conectividade e a consistência. Do mesmo modo, requer a atitude básica de escuta para descobrir, suscitar, contemplar e gerar a diferença” (Maass, 2007: 234).

O estímulo é elemento central no processo de construção do conhecimento (Maass, 2007: 240). “Consiste conseguir a contínua expansão da *zona de desenvolvimento proximal* (ZDP) [referindo-se a Vygotsky] de cada um dos participantes e tem em vista generaliza-la ao conjunto do coletivo” (González, s/db: 4).

Por conectividade entende-se “o processo de comunicação que se inicia com a estimulação e é seguido de uma etapa de conexão estrutural de componentes conceituais” (Maass, 2007: 141) e significa a “construção, manutenção e expansão dos vínculos entre todos os elementos estimulados de um sistema concreto” (González, s/db: 4).

Já a consistência é relativa à natureza “nosótrica” da vinculação. “À medida que aumenta a “conectividade faz com que se comece a produzir um efeito de *nosotrificación*, a construção de um sentido renovado do nós que não só se manifesta na identidade do grupo, mas no aumento da capacidade para processar a informação, definir os problemas e resolvê-los de maneira coletiva” (González, s/db: 6), na perspectiva tojolabal (Lenkersdorf, 2008).

Tojolabal é um dos povos Maya, do Alto dos Chiapas, no México, cujo modo de viver em comunidade é expresso em sua língua (tojolabal), fundada na intersubjetividade e na participação de todos e de cada um na condição de sujeito. Como comprova Carlos Lenkersdorf em seu livro “Los hombres verdaderos” (2008: 14), entre os *tojolabales* “não há objetos nem no contexto do idioma nem da cultura.”

Um dos pressupostos na efetividade da estimulação, conectividade e consistência em comunidades emergentes é a escuta, ou seja, o saber escutar o outro e auscultar a realidade e o mundo. Trata-se também de um princípio básico da cultura tojolabal. Para González (s/db: 8), o primeiro passo para se tornar uma comunidade de investigação ou de conhecimento local “é estabelecer as bases de uma estrutura individual e coletiva de escuta autodeterminante”.

Portanto, *cibercultur@* não refere às teias intercomunicativas, às sociabilidades no ciberespaço ou às habilidades para operar destramente máquinas e programas de informática, se não precisamente para o cultivo e a geração de três tipos de *saber fazer* que conduzem a) à forma com que aprendemos a perguntar sobre o mundo, a converter problemas práticos em problemas de conhecimento; b) às habilidades e destrezas para criar, administrar e utilizar configurações de observáveis e dados de nosso entorno; c) à capacidade de coordenar ações com outros dentro de estruturas de organização horizontais nas quais se possa distribuir a inteligência (*CIBERCULTUR@...*, s/d, online).

A questão-chave é desenvolver conhecimento, mas um conhecimento contextualizado em seu entorno, na história e no mundo, e em processo constitutivo de relações comunicacionais densas e capazes de facilitar a participação ativa e o

compartilhamento constante do aprendizado, a sistematização dentro do grupo (comunidade ou rede), entre redes e na sociedade. Em suma, nas palavras de González (s/da: 7), *cibercultur@* é uma forma de “empoderamento que interessa três frentes estratégicas: a informação, o conhecimento e a capacidade de criar redes de ação para usar a informação e o conhecimento em projetos específicos de autogestão”.

Trata-se de

construir redes que aumentam a massa crítica de geradores de informação e de comunicação, que dignifiquem o ofício de investigar, que permitam uma relação horizontal entre os diversos grupos sociais e que, dessa forma, ponham a nosso serviço as tecnologias digitais de informação e não o contrário (González, 2007: 19).

Tal processo não significa rechaço as tecnologias. Para efetiva-lo, González propõe a criação de comunidades qualificadas como emergentes de conhecimento local e/ou de informação, e a formação de redes entre essas comunidades.

O desenvolvimento destas redes emergentes de comunidades busca tornar concreta a apropriação prática, dialógica, comunitária e criativa dessa dimensão do vetor tecnológico submetido às necessidades de criação e de informação e de conhecimento autogerado, porém, com toda uma estrutura autoprojeta e aberta para compartilhar e avançar sobre as particularidades encontradas, ao incluí-las em uma rede de relações com outras formas de conhecimento de outras comunidades, deslocadas de maneira similar e localizadas de forma dispersa, mas que compartilham os mesmos efeitos de processos em escala mundial (González, 2008: 131).

Breves apontamentos sobre o conceito de comunidade emergente de conhecimento

Comunidade Emergente de Conhecimento é “uma rede virtual e comunitária ativada para a geração de conhecimento local mediante o aproveitamento intensivo das tecnologias de informação e comunicação (TICC) em um ambiente de inteligência distribuída” (Maass, 2007: 312). Cada CEC corresponde a um nó (ou nodo) “de uma rede em construção permanente [...]” (González; Maass, s/dc: 7).

O desenvolvimento de comunidades emergentes se concentra em facilitar uma dinâmica horizontal, próxima à educação popular de Freire e outros, que lhes permite apropriar-se coletivamente da tecnologia para gerar uma capacidade de narrar-se e de construir-se um ‘nosotros’ [referindo-se a Lenkersdorf] autodeterminante e não derivado de imposições externas” (González, 2009: 65).

Uma Comunidade Emergente de Investigação (CEI) forma um coletivo que se organiza com finalidade de realizar investigação e gerar informação e conhecimento. Nela, “cada participante é um nó interconectado de trabalho para conformar com o tempo, uma rede sistêmica inteligente”. Uma vez ativada em *cibercultur@*, a CEI é capaz de realizar e cultivar habilidades concernentes aos processo de informação, comunicação e conhecimento (González, s/db: 2-3).

Comunidades Emergentes de Conhecimento Local (CECL) são coletivos, ou redes, que se organizam para construir um processo de desenvolvimento social. Segundo Jorge González (2009: 64), são redes horizontais que se ocupam em desenvolver seus “próprios sistemas de informação e de comunicação para gerar respostas de conhecimento frente a problemas concretos e significativos de sua localidade [...]: migração, pobreza, desemprego, contaminação, violência, fome, deterioração ambiental, água e tantos mais”.

Por intermédio da aplicação dos princípios da *cibercultur@* se inicia um

processo de empoderamento a partir de uma nova e potenciada capacidade coletiva de narrar seu passado, redefinir seu presente e de redesenhar seu futuro e mundos possíveis mediante outras formas de narrar-se e de visibilizar-se emanadas de sua capacidade de gerar e manter sistemas de informação e de conhecimento, primeiro local e posteriormente situado, quando cada comunidade emergente se converte em um nó de uma rede que se vincula às demais comunidades emergentes (González, 2009: 65).

Embora se revistam de especificidades, é possível ser feita uma analogia entre a concepção de *cibercultur@* e a dos movimentos sociais populares do Brasil e de outros países da América Latina, principalmente quanto a aspectos como a organização popular autônoma e da práxis desenvolvida a partir da ação coletivizada com vistas a solucionar problemas que degradam as condições de existência das populações empobrecidas. Tais problemas afetam grandes contingentes populacionais das classes subalternas, mas, como as contradições trazem em seu interior o germe de sua própria negação, elas também têm impulsionado o surgimento de iniciativas que visam sua superação, sejam elas as desencadeadas por movimentos sociais populares ou por comunidades emergentes de conhecimento e tantos outros atores sociais.

É possível interrelacionar a COM COM à cibercultur@?

Partindo da similitude acima destacada, identificam-se interseções entre a comunicação popular e comunitária quando esta é desenvolvida na perspectiva das organizações comunitárias e dos movimentos sociais orgânicos às classes subalternas e a cibercultur@, embora haja distinções substanciais em ambas as partes. Elas têm em comum a visão do mundo como contraditório e opressor, o sentido político-ideológico dado às estratégias de mobilização e organização social, além de partilharem aspectos quanto ao modo de atuar tendo em vista a superação de problemas concretos decorrentes das desigualdades sociais e para a construção de uma sociedade justa. O ponto central da questão metodológica em comum diz respeito à participação ativa do cidadão/ã em processos que forjam práticas autogestionárias de organização social e, no caso da comunicação comunitária, nesse fazer comunicacional. Tal tipo de participação, em sua forma mais avançada, se constitui em autogestão comunitária no exercício do poder de controle e direção dos processos sociais e de comunicação (ciber).

Por outro lado, enquanto a cibercultur@ está mais voltada para a formação e organização de comunidades emergentes de conhecimento, a comunicação popular e comunitária dos segmentos organizados das classes subalternas decorre de processos “espontâneos” de organização e mobilização desses setores da sociedade civil. Se a primeira visualiza um processo de organização social a partir das CECL e CEI capaz de forjar um novo projeto de sociedade, a segunda parece agir mais a partir das demandas, interesses e capacidades de mobilização da sociedade civil, ou seja, se circunscreve nos limites das conjunturas, com exceção, é claro, de movimentos populares que têm clareza quanto à opção política pelo socialismo. Enquanto a primeira tem em mira a construção de um projeto novo de sociedade, a comunicação popular e comunitária mostra a tendência de constituir-se enquanto processo mais preso às lutas cotidianas por melhores condições de vida e conseqüentemente de mudança na realidade, sem desconsiderar que existem movimentos sociais e organizações que também têm como estratégia a feitura de um outro tipo de projeto de sociedade.

Desse modo, pode-se inferir que ao incorporar o espírito da cibercultur@, os movimentos sociais, ONGs e associações comunitárias poderiam melhorar sua performance no sentido de não se contentarem com as ações tópicas. Há que se mirar um projeto de sociedade, ou seja, discutir o tipo de sociedade que se deseja construir. Caso contrário, apesar da boa vontade, pode-se incorrer em processos de formação, de

educação não-formal e informal e de mobilização que mais ajudam na reprodução da sociedade capitalista do que na sua transformação.

É imprescindível acrescentar outros dois aspectos diferenciais fundamentais, com pontos a favor da cibercultur@. Um deles está na premissa da importância em se forjar sistemas de informação (organizar, documentar, sistematizar informações) e intensificar a comunicação intra e intercomunidades, a fim de gerar e partilhar conhecimentos, o que se constitui num primeiro desafio aos movimentos sociais e organizações comunitárias de comunicação. Nas práticas de movimentos sociais populares normalmente se gera muitos conhecimentos, são feitas inúmeras coisas, mas se documenta pouco e quase não se sistematiza o conhecimento construído. As informações e o conhecimento costumam se dispersar por falta da prática de criação de sistemas inteligentes de informação. O resultado é que, às vezes, a informação se perde enquanto conjunto estruturado. Fica apenas o que cada um consegue aproveitar ou que a entidade reúne e preserva. O conhecimento acaba não sendo socializado como poderia, ou ainda, muito do que se consegue arregimentar permanece no nível dos dados, dos elementos, sem gerar sistemas de informação. No contexto da cibercultur@ se forjaria esse tipo de práxis, afinal, tal *quefazer* está no âmago desta concepção.

Outra premissa implícita na concepção teórica da cibercultur@ é forjar o empoderamento coletivo das TICC. As táticas e a estratégia envolvidas nas CECs, como diz González (s/da: 7), conduzem a que as mesmas “façam suas as tecnologias de informação e comunicação, não só para acessar a informação, mas para gerar seu próprio conhecimento”. Trata-se de algo ainda tímido no universo dos movimentos populares de base. Aí está mais um dos desafios que cabe às organizações de comunicação comunitárias e aos próprios movimentos comunitários: incorporar coletivamente as tecnologias como suas e em toda a potencialidade nas práticas relativas aos processos de consciência-organização-ação voltados para a efetivação plena da cidadania. Não se trata de defesa ou negação das TICC. Como partes constituídas e constituintes pela e da sociedade atual, não há outra maneira do que se estar nelas e empoderar-se delas. Porém, o ciberespaço não diminui a importância do espaço físico nem elimina as lutas sociais presenciais.

Enfim, a discussão que a cibercultur@ soa oportuna para uma mudança de qualidade da comunicação popular e comunitária. Ou seja, provocar a constituição de práticas capazes de ajudar na constituição das culturas mencionadas (terceiro desafio) em paralelo ao estabelecimento ou recuperação de relações de organicidade entre os

meios de comunicação comunitários e populares e as organizações coletivas que lhes deram origem e sustentação política, um quarto desafio.

Conclusão

Diante do limite de espaço previsto para este texto, muito há a complementar sobre o assunto ora discutido. Mas, os breves apontamentos anteriores denotam a importância do tema, tanto do ponto de vista da comunicação popular e comunitária, como expressão de uma comunicação comprometida com a transformação social, como pela inovabilidade que os seus protagonistas populares são levados a incorporar por causa das mudanças ocorridas no ambiente comunicacional possibilitado pelo ciberespaço. Trata-se de dimensão pouco estudada na área da Comunicação, no Brasil, visto que a predominância investigativa sobre o ciberespaço se concentra em estudos sobre determinismo tecnológico, nas ramificações da indústria cultural na internet e na presença e significados dos usos do ciberespaço por “pequenas multidões” de internautas, principalmente a partir do fenômeno crescente das redes sociais de relacionamentos tipo Orkut e Facebook, estudos também necessários e importantes.

A comunicação popular, comunitária e alternativa, ao se inserir no ciberespaço, contribui para forjar uma mutação nas práticas constitutivas do exercício da cidadania. Parece haver reelaborações culturais em curso como antítese das relações desiguais entre dominantes e subalternos construídas historicamente em todos os níveis.

A perspectiva teórico-metodológica da cibercultur@ desenvolvida pelo Labcomplex se mostra apropriada para se entender as condições em que a inserção da comunicação popular, comunitária e alternativa no ciberespaço e, além dele, representaria um avanço qualitativo do status da cidadania. Ela corresponde aos pressupostos originários da comunicação no contexto dos movimentos sociais populares quanto à autonomia e ao protagonismo popular como facilitadores do processo de ampliação do exercício da cidadania em suas dimensões –civil, social e política–, mas também explicitamente comunicacional e como um direito de quinta geração. Ao mesmo tempo, a cibercultur@ avança ao apontar caminhos capazes de solidificar processos de informação, conhecimento e comunicação e instigar a constituição de novo projeto de sociedade.

Ao finalizar, surge uma pergunta: a comunicação popular e comunitária poderia inspirar algo à cibercultur@? Eis um assunto a ser investigado.

REFERÊNCIAS

- AMOURRUTIA, José A., “Por uma cultura de informação”, in: GONZÁLEZ, Jorge A. (Coord.), *Cibercultur@ e iniciación en la investigación*, CNCA/IMC/UNAM-CEICH, 2007, p. 93-230.
- CASTELLS, Manuel, *A sociedade em rede*, Paz e Terra, São Paulo, 2000. (A era da informação: economia, sociedade e cultura. v.1).
- CIBERCULTUR@..., (s/d, online). Labcomplex. Ciudad do México. Disponível em: <http://labcomplex.ceiich.unam.mx/labcomplex02/>. Acesso em: 18 abr.2009.
- CUNHA, Paulo, “Um e muitos ciberespaços”, in: LEMOS, André; CUNHA, Paulo (Orgs.), *Olhares sobre a cibercultura*, Sulina, Porto Alegre, 2003, p. 212-231.
- FELICE, Massimo Di (Org.), *Do público para as redes: a participação digital e as novas formas de participação social*, Difusão, Ao Paulo, 2008.
- FINQUELIEVICH, Susana (Org.), *Ciudadanos a la red! Los vínculos sociales en el ciberespacio*, Ciccus/La Crujía, Buenos Aires, 2000.
- FREINET, Celestin, *Pedagogia do bom senso*, Tradução J. Batista, Martins Fontes, São Paulo, 1988.
- FREIRE, Paulo Freire, *Comunicação ou Extensão*, 3.ed., Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987.
- GALINDO CÁCERES, Jesús, “Cibercultura, ciberciudad, cibersociedad hacia la construcción de mundos posibles en nuevas metáforas conceptuales”. *Razón y Palabra*. A.3, n.10, abr.-jun.1998, p.1-11.
- GOLDSMITH, Marshall, “Comunicaciones globales y comunidades de elección”, in: HESSELBEIN, Frances et al. (Org.), *La comunidad del futuro*, Granica, Buenos Aires - Barcelona - México, 1999, p. 131-146.
- GOHN, Maria da Glória, *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*, 4. ed., Loyola, São Paulo, 2004.
- GÓMEZ CRUZ, Edgar, *Las metáfora de internet*, Editorial UOC, Barcelona, 2007.
- GONZÁLEZ, Jorge A., “Digitalizados por decreto. Cibercultur@: inclusão forçada na América Latina”, *Matrizes: Revista do programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação*, Universidade de São Paulo, a .2, n.2, 2008, p. 113-138.
- _____, “Presentación. Introducción general”, in: GONZÁLEZ, Jorge A. (Coord.), *Cibercultur@ e iniciación en la investigación*, CNCA/IMC/UNAM-CEICH, 2007, p. 15-27.

_____, “Pantallas vemos, sociedades no sabemos - barruntos (conjeturas) sobre temporalidades progressivamente apantalladas y cibercultur@”, *Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, Intercom, a .32, n.1, São Paulo, 2009, p. 51-68.

_____, *Cibercultur@ como estrategia de comunicación compleja desde la periferia*, Labcomplex-CEICH/UNAM, Ciudad de México, s/da. Disponível em: www.labcomplex.net. Acesso em: 28 fev.2010.

_____, *El desarrollo de cibercultur@ en proyectos de conocimiento: hacia una comunidad emergente de investigación*, Labcomplex-CEICH/UNAM, Ciudad de México, s/db. Disponível em: <http://www.kasiopea.webs.com/biblioteca.htm>. Acesso em: 21 jan.2010.

_____; MAASS, M., *Cibercultur@ y comunidades emergentes de conocimiento*, Labcomplex-CEICH/UNAM, Ciudad de México, s/dc. (versão digital).

LEMOS, André, *Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea*, 4.ed., Sulina, Porto Alegre, 2008.

_____, “Cibercultura. Alguns pontos para compreender a nossa época”, in: LEMOS, André; CUNHA, Paulo (Orgs). *Olhares sobre a cibercultura*. Sulina, Porto Alegre, 2003, p. 11-23.

LENKERSDORF, Carlos, *Los hombres verdaderos: voces y testimonios tojolabales*, 5.ed. Siglo XXI, Ciudad de México - Buenos Aires - Madrid, 2008

LEÓN, O.; BURCH, S.; TAMAYO, E., *Movimientos sociales en la red*, ALAI, Quit, 2001.

LÉVY, Pierre, *Cibercultura. Tradução de Carlos Irineu da Costa*, Editora 34, São Paulo, 1999.

HEIM, Michael, *The metaphysics of virtual reality*, Oxford University Press, N.York - Oxford, 1993.

MIÈGE, Bernard, *Pensamento comunicacional*, Vozes, Petrópolis, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de S., *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 10.ed., HUCITEC, São Paulo, 2007.

MORAES, Denis de, “Comunicação alternativa em rede e difusão contra-hegemônica”, in: COUTINHO, Eduardo G. (Org.). *Comunicação e contra-hegemonia*, Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2008, p. 38-64.

MAASS MORENO, Margarita, “Por uma cultura de comunicação”, in: GONZÁLEZ, Jorge A.(Coord.). *Cibercultur@ e iniciación en la investigación*. CNCA/IMC/UNAM-CEICH, 2007, p.231-332.

PERUZZO, Cicilia M.K., *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. 3. ed., Vozes, Petrópolis, 2004.

_____, Internet e democracia comunicacional: entre os entraves, utopias e o direito à comunicação. In: MELO, José Marques de; SATHLER, Luciano (Orgs.) *Direitos à comunicação na sociedade da informação*. São Bernardo do Campo: UESP, 2005. p. 267-288. Versão online disponível em: www.ciciliaperuzzo.pro.br

_____, Webjornalismo: do hipertexto e da interatividade ao cidadão jornalista. *Verso e Reverso - Revista da Comunicação*. São Leopoldo: Unisinos, n. 37, 2003, p. 77-95.

_____, Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, a.2, n.3, p. 18-41, jul/dic.2005.

Versão online disponível em: www.ciciliaperuzzo.pro.br

_____, Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação. *Revista Fronteiras*, São Leopoldo: UNISINOS, v.11, n.1, p. 33-43, 2008. Disponível em: <http://www.frenteiras.unisinos.br/pdf/64.pdf>

_____, Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa. *Galáxia Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da PUC-SP*.n.17, jun. 2009, p. 131-146.

_____, BERTI, O.M de C. As novas configurações das comunidades comunicacionais nas “comunidades de escolha”. Paper apresentado no I Colóquio Brasil-China de Ciências da Comunicação. Evento promovido pela Intercom – Soc. Bras.de Estudos Interd.da Comunicação e realizado na Univ.Federal do Espírito Santo, de 12 a 13 de maio de 2010, em Vitória (ES).

PRIMO, Alex, *Interação mediada por computador*, Sulina, Porto Alegre; 2007.

RHEINGOLD, H., *Multitudes inteligentes: la próxima revolución social*, Gedisa, Barcelona, 2004.

RECUERO, Raquel, *Redes sociais na Internet*, Sulina, Porto Alegre, 2009.

RÜDIGER, Francisco, *Introdução às teorias da cibercultura: tecnocracia, humanismo e crítica no pensamento contemporâneo*, 2.ed. rev. amp., Sulina, Porto Alegre, 2007.

SALOMÓN, Gavriel, *Distributed cognitions. Psychological and educational considerations*, Cambridge University Press, Cambridge, 2001.

SCOLARI, Carlos, *Hipermediaciones: elementos para una teoría de la comunicación digital interativa*, Gedisa, Barcelona, 2008.

VYGOTSKY, L., “La educación de las formas superiores de conducta”. *Obras escogidas*. v.III, Visor, Madrid, 1995.

_____, *Pensamento e linguagem*, Martins Fontes, São Paulo, 1989.

WERTHEIM, M., *The pearly gates of cyberspace: a history of space from Dante to the internet*, WW Norton & Company, Estados Unidos, 1999.

WOLTON, Dominique, *Internet, e depois? Uma crítica das novas mídias*, Sulina, Porto Alegre, 2003.